



35961812



08004.000008/2026-95



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (35961904)

Da ta	26/05/2026	
Loc al	MJSP - 3º ANDAR sala 304	
ITE M	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO
2	Gilmar Araujo de Sousa	CGOF/SPO/SE
3	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
4	Júlia Vida Bandejas Santos	SENAICON
5	Eduardo Barros	SENAICON
6	Mônica Barreto Nóbrega de Lucena	SENAJUS
7	Maria do Carmo Rodrigues Macedo	SENAJUS
8	Vanessa Luz	SENAPPEN
9	Lucas Eneas de Rezende	SENAPPEN
10	Raphael Baggio de Luca	PF
11	Ludimila Gomes de Amorim Mota	PF

Da ta	26/05/2026	
12	Isabella Porfirio Rosa	PF
13	Monique Rodrigues	PF
14	José Roberto Ângelo Barros Penha	PRF
15	Isabelle de Moraes Henriques	PRF
16	Priscilla Oliveira	SENASP
17	Genivaldo dos Santos Costa	SENASP
18	Ana Luiza Vilela de Viana Bandeira	SENAD
19	Maria Cecília da Silva Lima	SENAD
20	Natalia Rosa Chaves	SENAD
21	Priscila Yuvamoto	CADE
22	André Botelho Vilaron	CADE
23	Gustavo de Oliveira Antonio	SAJU
24	Ewandjôecy Francisco de Araújo	SAJU
25	Mariane Cortat	ANPD
26	Gabriela Mendes Freitas Galete	ANPD
27	Juliana Amorim de Souza Nogueira	SEDIGI
28	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
29	Adenísio Alvaro Oliveira de Souza	AECI
30	Solange Berto de Medeiros	STI
31	Rodrigo Albernaz Bezerra	STI
32	Ricardo N. Tristão	SENASP
33	William Macedo Pereira	PRF
34	Sabrina Adny G. Souza	ANPD
35	Eduardo Bispo	CAIXA

Da ta	26/05/2026	
36	Willian Rodrigues dos Santos	CAIXA
37	Alexandre Shiozaki	SENACon
38	Susana de L S Pinheiro	SENASP
39	Maria Cardoso Grochevicz	SENASP
40	Tiago Teixeira da Silva	SENASP
41	Giovane Camargos	PF
42	Jefferson Barbosa	SENASP
43	Vitor Aires	PF
44	Matheus R. dos Santos	SPO
45		

Pauta da reunião (35961922)	1. Governança em Ação; 2. Monitoramento das Políticas Públicas; 3. Informações Gerais; e 4. Encaminhamentos.
--	--

- 1) A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi aberta pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que deu as boas-vindas aos participantes. Informou sobre a realização da reunião do Comitê de Governança Estratégica, representando um marco importante para o fortalecimento da governança em nível estratégico no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.
- 2) Ressaltou, ainda, que, paralelamente, foi realizada a reunião do Comitê Executivo de Governança do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Enfatizou a relevância institucional desses encontros, especialmente considerando que a governança do Plano vem sendo objeto de análise e acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União.
- 3) A reunião teve início com a apresentação da Caixa Econômica Federal sobre o uso de inteligência artificial. O gerente executivo Sr. Eduardo Bispo, integrante da área de desenvolvimento de pessoas, e o Sr. Willian, líder do Centro de Excelência, apresentaram suas experiências com automação e soluções low-code na instituição.
- 4) Inicialmente, abordaram o conceito de hiperautomação, incluindo automação de processos e ferramentas de desenvolvimento de baixa codificação (low-code/no-code). Destacaram o uso da tecnologia para escalar e potencializar o trabalho das equipes, promover o desenvolvimento de novas capacidades e, principalmente, ampliar o uso de inteligência artificial, com destaque para a ferramenta Copilot, da Microsoft.
- 5) Foram apresentados casos de uso envolvendo automação e IA, a partir de prompts cadastrados em sistemas como o portal “Minha Caixa”, no qual são submetidos projetos para aprovação, além do Assistente Virtual Caixa. Ressaltou-se que a Caixa se tornou uma das instituições que mais utilizam IA generativa na América Latina.

- 6) O Subsecretário, Sr. David Freitas, mencionou iniciativas semelhantes no Ministério, com a realização de capacitações em Copilot, e passou a palavra ao Sr. Albernaz, Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação substituto, que relatou o uso das soluções Power Apps (Microsoft) e Apex (Oracle), destacando maior êxito desta última.
- 7) Informou-se que, em junho, será iniciada uma jornada de capacitação em parceria com a Microsoft, abrangendo Copilot Chat, Copilot Pro e temas relacionados à segurança e governança, disponível para servidores de TI e demais áreas do Ministério.
- 8) O Sr. David Freitas também citou a experiência da SENAPPEN no uso de IA para automatização de atividades operacionais, como a análise de correspondências, que somam cerca de 5.000 cartas por ano. Com apoio da IA, o conteúdo vem sendo estruturado em dados, otimizando o processo de análise.
- 9) Após esclarecimentos de dúvidas pelos representantes da Caixa, o Sr. David Freitas agradeceu a apresentação e deu prosseguimento à reunião.
- 10) Na sequência, o Sr. Alexandre, Coordenador-Geral do Sindec (SENACON), apresentou a política de defesa do consumidor, com foco na plataforma Consumidor.gov.br, que atua na resolução online de conflitos entre consumidores e fornecedores. Um dos objetivos estratégicos da política é a redução de conflitos.
- 11) No diagnóstico, destacou-se que o mercado de consumo é crescente e complexo, sendo essencial o registro e a análise de dados. Identificou-se como desafio a integração nacional das informações.
- 12) Apresentaram-se ações de fortalecimento dos PROCONs, por meio de capacitações promovidas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor, além de iniciativas voltadas ao atendimento de pessoas superendividadas e mecanismos de resolução online (ODR).
- 13) A plataforma Consumidor.gov.br, com 12 anos de operação, é autossustentável e apresenta índice de resolutividade de 80,68% em 2026. Seu fluxo prevê prazo de 10 dias para resposta das empresas e 20 dias para manifestação final do consumidor. Desde 2014, acumula mais de 12 milhões de reclamações.
- 14) Foi mencionado também o sistema ProConsumidor, criado em 2019, voltado à integração entre PROCONs, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, com fluxo diferenciado de atendimento.
- 15) Foram apresentados resultados na capacitação, com mais de 5.000 matrículas e 32 cursos ofertados.
- 16) A Sra. Bruna Moreira questionou os avanços na articulação voltada a públicos vulneráveis. Em resposta, o Sr. Alexandre informou que há iniciativas em andamento, como ações voltadas ao enfrentamento do superendividamento de mulheres.
- 17) A Coordenadora-Geral ressaltou a necessidade de incluir dados relevantes da fiscalização, como multas aplicadas, nos relatórios de monitoramento.
- 18) Na sequência, a Sra. Priscilla Oliveira (SENASP) apresentou a Política de Enfrentamento às Organizações Criminosas, destacando o monitoramento de indicadores, riscos, recursos e repercussão das ações.
- 19) A política busca fortalecer capacidades institucionais, ampliar a integração entre órgãos e melhorar a eficiência operacional. Está alinhada ao ODS 16 e ao Plano Nacional.
- 20) Foi destacado o cumprimento das metas de ações integradas, com mais de 1.146 registros em 2024 e 196 em 2026, com meta de 1.960 até 2027.
- 21) Apresentou-se o Programa Brasil contra o Crime Organizado e o ENFOQUE, com foco em combate financeiro, tráfico de armas e atuação no sistema prisional, com orçamento de aproximadamente R\$ 507 milhões para 2026.
- 22) A reunião enfatizou o caráter transversal das políticas de segurança pública e a necessidade de integração entre iniciativas.
- 23) Ao final, reforçou-se a importância da revisão metodológica e da melhoria na articulação entre políticas públicas. Destacou-se também o uso do Formulário de Monitoramento 2025 e da ferramenta MAPP, bem como a indicação de pontos focais pelas unidades.
- 24) A Sra. Bruna informou que há apoio de bolsistas do Ministério para auxiliar no preenchimento dos relatórios.
- 25) Por fim, agradeceu-se a presença de todos e a reunião foi encerrada.

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião:

- 30/06/2026, às 15h, sala 304, Edifício Sede, com as apresentações:
 - SENAJS: Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
 - PF: Política de Polícia Judiciária - Combate a Crimes Cibernéticos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Albarnaz Bezerra, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Segurança de T.I.C.**, em 17/06/2026, às 10:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SUSANA DE LOURDES DA SILVA PINHEIRO, Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 17/06/2026, às 10:39, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILA DORIGAO YUVAMOTO, Usuário Externo**, em 17/06/2026, às 10:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA LUZ, Chefe da Assessoria de Controle, Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos**, em 17/06/2026, às 11:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Amorim de Souza Nogueira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Digitais**, em 17/06/2026, às 14:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Teixeira Da Silva, Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 17/06/2026, às 15:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo de Oliveira Antonio, Analista Técnico(a) de Políticas Sociais**, em 17/06/2026, às 16:24, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Villela de Viana Bandeira, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos**, em 17/06/2026, às 22:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - Substituto(a)**, em 18/06/2026, às 09:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 18/06/2026, às 11:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto Angelo Barros Soares, Usuário Externo**, em 18/06/2026, às 16:08, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CARDOSO GROCHEVICZ, Servidor(a) Mobilizado(a)**, em 19/06/2026, às 13:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Enéas de Rezende, Policial Penal Federal**, em 25/06/2026, às 13:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Monica Barreto Nobrega de Lucena, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 02/07/2026, às 18:53, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 10/07/2026, às 15:40, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília da Silva Lima, Coordenador(a) de Administração**, em 19/08/2026, às 18:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Augusto Sousa Guedes, Coordenador(a)-Geral de Transparência, Integridade e Riscos**, em 24/08/2026, às 11:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **35961812** e o código CRC **49423A34**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08004.000008/2026-95

SEI nº 35961812